

## **A profissionalização de pessoas com deficiência em Campinas: fragilidades e perspectivas\***

### **Professional training in Campinas for people with disability: fragilities and perspectives**

**Rosé Colom Toldrá<sup>1</sup>, Maria José Comparini Nogueira de Sá<sup>2</sup>**

---

TOLDRÁ, R. C.; SÁ, M. J. C. N. de. A profissionalização de pessoas com deficiência em Campinas: fragilidades e perspectivas. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v.19, n. 1, p. 48-55, jan./abr. 2008.

**RESUMO:** O estudo tem como objetivo conhecer as ofertas de profissionalização para as pessoas com deficiência desenvolvidas por instituições governamentais e não governamentais no município de Campinas. A motivação do mesmo se deu pela falta de informações sobre programas e projetos de capacitação e formação profissional para o encaminhamento desta população. O delineamento metodológico envolveu estudos teóricos de temas sobre o trabalho, a pessoa com deficiência e legislação nacional, além de pesquisa exploratória para identificar e conhecer as propostas realizadas pelas instituições específicas para pessoas com deficiência e aquelas que as incluem. Para a coleta de dados realizou-se levantamento das instituições, contato telefônico, visita e aplicação de entrevista. Identificou-se 13 instituições sendo que 2 desenvolvem projetos de profissionalização específicos para pessoas com deficiência e 11 incluem estes usuários. O acesso das pessoas com deficiência aos serviços é reduzido, se comparado às necessidades que estas apresentam em relação ao trabalho, renda e vida social. As instituições estudadas apresentam programas com pouca variedade de atividades profissionais, sistemas frágeis de comunicação e não estão localizadas, de modo geral, nas regiões mais vulneráveis e de maior densidade populacional do município.

**DESCRITORES:** Mercado de trabalho. Pessoas com deficiência. Territorialidade. Apoio social. Políticas públicas. Terapia ocupacional.

---

---

\* Parte deste trabalho foi apresentado no X Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional em Goiânia de 15 a 18/05/2007.

<sup>1</sup> Terapeuta Ocupacional, Doutora em Sociologia, Professora Titular da Faculdade de Terapia Ocupacional da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas.

<sup>2</sup> Psicóloga, Especialista em Planejamento e Gerenciamento em Saúde e Professora Assistente da Faculdade de Terapia Ocupacional da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas até junho de 2007.

**Endereço para correspondência:** Faculdade de Terapia Ocupacional – Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas. Av. John B. Dunlop, s/n – Bloco Administrativo - Jd Ipaussurama – 13060-904 – Campinas – SP. E-mail: rcolom@lexxa.com.br

## INTRODUÇÃO

A inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência é uma forma de promover a participação social e a cidadania, trata-se de um grande desafio a ser enfrentado por todas as esferas, desde o poder público na criação e implementação de políticas, pelas instituições de saúde e sociais voltadas à essa população e pelas empresas que as contratam (NICÁCIO et al., 2005, TOLDRÁ; SÁ, 2005, OLIVER et al., 2001; ALMEIDA, 2002). Como pode-se notar a temática é complexa e exige recortes para a realização da mesma.

O recorte escolhido neste caso foi conhecer as propostas de profissionalização para a pessoa com deficiência desenvolvidas no Município de Campinas, dada a falta de informações sobre programas e projetos de capacitação e formação profissional realizados pelas instituições da cidade.

Os dados nacionais confirmam a situação de desfavorabilidade em que se encontram as pessoas com deficiência em relação à inclusão no mercado de trabalho. Conforme os dados do IBGE (2000) o Brasil possui uma enorme população de pessoas com deficiência somando 24,6 milhões de pessoas que se declaram com deficiência, ou seja, 14,5% da população total. Sabe-se, segundo Pastore (2000), que no Brasil os que trabalham no mercado formal somam cerca de 2% enquanto nos países mais avançados essa população fica entre 30% e 45%, assinalando diferenças marcantes entre os países.

Na pesquisa realizada no Ambulatório de Terapia Ocupacional da PUC-Campinas verificou-se o predomínio de usuários na faixa considerada economicamente ativa, que apresentam deficiências relativas às funções comumente denominadas físicas/motoras (TOLDRÁ; SÁ, 2005). Estes dados colocam a importância de se pensar as possibilidades de vida ocupacional e de saúde do usuário em processo de alta, e ao mesmo tempo, apontam necessidade de constante qualificação dos serviços de saúde visando cumprir as diretrizes do setor, no sentido de estabelecer canais de relacionamento entre os recursos sociais existentes (BRASIL, 1993; 2006).

Ademais, considerando o Ambulatório de Terapia Ocupacional da PUC-Campinas como serviço especializado contratado pelo SUS municipal e, portanto, referência para a cidade e região, coloca-se a necessidade de pensar a profissionalização e inserção social a partir do próprio serviço, já que após a fase de reabilitação não ocorre normalmente um acompanhamento do processo de inclusão

social dessas pessoas. Nota-se, portanto, uma lacuna entre os serviços de reabilitação e a vida social incluindo o acesso ao trabalho (OLIVER, et al., 2003; TOLDRÁ, et al., 2000) em contradição com a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE, 1999) que preconiza a equiparação de oportunidades no que se refere à formação e preparação para o trabalho.

No serviço citado, a referência do usuário na alta ambulatorial, no que diz respeito aos serviços de saúde, é a Unidade Básica de Saúde (BRASIL, 1993; BRASIL, 2006); no entanto, em relação à inserção na vida comunitária, ainda precisa ser construída e analisada.

Esta lacuna nos remete às indagações sobre a fragilidade das redes sociais de suporte e a territorialidade dos serviços ofertados. Redes sociais podem ser entendidas como tecnologias sociais que são “conjunto de técnicas e procedimentos associados a formas de organização coletiva que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida” (LASSANCE; PEDREIRA Jr. apud PEDREIRA et al., 2004). Assim são consideradas redes sociais os contextos, vínculos e conexões que relacionam as instituições, programas e propostas de profissionalização entre si e não apenas os atores sociais interessados, no caso, pessoas com deficiência e profissionais de saúde (MARQUES, 1999). A fragilidade das redes pode ser observada na alta dos usuários do serviço citado pela falta de ofertas de profissionalização e de outros equipamentos sociais, que atendam as necessidades desta população em Campinas.

Em relação à territorialidade faz-se necessário conhecer os serviços existentes e localizá-los, visando analisar a disposição territorial dos mesmos no sentido de possibilitar e facilitar o acesso aos usuários. Sabe-se que a análise do território facilita uma avaliação das condições do mesmo com as condições de vida. Ao avaliar-se a distribuição espacial dos equipamentos sociais, espaços de vida cotidiana, compreendendo desde o domicílio aos equipamentos comunitários, têm-se condições de compreender os objetos usados como recursos para a produção do trabalho, da cultura e lazer local (MONKEN; BARCELLOS, 2005).

Assim, buscou-se com o estudo conhecer e fornecer informações sobre as instituições de Campinas que realizam profissionalização, analisar a localização das mesmas e verificar como podem contribuir com as pessoas com deficiência compondo uma rede social de suporte.

## DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Dada à natureza do objeto da pesquisa, identificar e

conhecer instituições, optou-se pela pesquisa exploratória (MINAYO, 2006; LÜDKE, 1996), que permite uma melhor adequação dos instrumentos de medida à realidade que se pretende conhecer. Permite, ainda, conhecer a variável do estudo por etapas, desde como se apresenta, seu significado e o contexto em que se insere. Permite também, utilizar diferentes técnicas e instrumentos para coleta e análise de dados aliando às possibilidades de se obter dados qualitativos e quantitativos.

A pesquisa teórica baseou-se em diferentes fontes escritas tais como: literatura especializada relacionada às pessoas com deficiência, inserção e formação para o trabalho, banco de dados do IBGE e legislação nacional.

O estudo de campo constou de 4 etapas:

- Primeira etapa: realizou-se levantamento de instituições de profissionalização no Município de Campinas, excluindo aquelas de formação técnico-profissional, através de consultas em sites públicos, listas telefônicas e serviços de informação.

- Segunda etapa: procedeu-se a identificação das instituições de profissionalização para pessoas com deficiência e aquelas que as incluem, através de contato telefônico com as instituições levantadas.

- Terceira etapa: elaborou-se listagem final das

instituições elegíveis para a pesquisa.

- Quarta etapa: efetivou-se visita e entrevista junto ao responsável da instituição, para coleta de dados através da aplicação de um roteiro, buscando conhecer as instituições, as características dos usuários e os projetos desenvolvidos, realizada no período de outubro a dezembro de 2006.

Neste estudo foram excluídas as instituições que atendem exclusivamente as pessoas com deficiência mental, visual e auditiva.

A etapa de coleta de dados ocorreu após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Campinas e ciência e concordância dos sujeitos participantes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento da primeira etapa do estudo levou a localização de 52 instituições. Dessas, após contato telefônico, identificou-se 13 instituições que realizam atividades de profissionalização, das quais 2 são específicas para pessoas com deficiência e 11 as incluem em seus programas.

Como resultado da visita e entrevista realizadas obteve-se as seguintes informações quanto às instituições selecionadas, conforme mostra o Quadro 1.

**Quadro 1** - Características das Instituições

Nome da Instituição	Natureza jurídico-legal	Tempo de existência	Abrangência Territorial
SORR-CampinasI	ONG	20 anos	RMC
Centro Integrado de Atenção ao Deficiente (CIAD)	ONG	10 anos	RMC
Centro Profissionalização "Casa de Ação Comunitária Vila Pde Anchieta	OG	12 anos	Região Norte
Centro Profissionalizaçã "Humberto Masculi"	OG	14 anos	Região Leste
Centro Profissionalização "José Francisco Homem de Melo"	OG	12 anos	Região Noroeste
Centro Profissionalização "Dr. João de Souza Coelho"	OG	16 anos	Região Sul e Leste
Centro Profissionalização "Tancredo Neves"	OG	21 anos	Região Sudoeste
Centro Social "Presidente Kennedy"	ONG	46 anos	RMC
Centro Ref. Assistência Social (CRAS) Espaço Esperança	OG	11 anos	Região dos Amaraís
Assoc. de Assistência Social "São João Vianney"	ONG	50 anos	Região Sul
Assoc. Projeto Quero-Quero	ONG	03 anos	Região Vila Brandina
Centro de Educação Profissional de Campinas "Pref. Antônio da Costa Santos" (CEPRO-CAMP)	OG	02 anos	RMC
Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro de Campinas	ONG	40 anos	RMC

Nota-se um maior número de organizações governamentais (OG) em relação às da sociedade civil organizada, sendo que das primeiras a maioria absoluta encontra-se no âmbito da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social (SMCTAIS) e apenas 1 delas é ligada à Secretaria de Educação (SE). A existência de 6 organizações não governamentais (ONG) nesse campo demonstra participação expressiva das mesmas no campo da profissionalização em Campinas.

Verifica-se que a maioria das instituições foram constituídas há mais de 10 anos. As governamentais relacionadas à SMCTAIS passam por intensas mudanças influenciadas pelas políticas atuais federais. Estas vêm mais recentemente substituindo suas antigas propostas de iniciação profissional que sofreram falta de investimento por muito tempo, por uma proposta mais planejada voltada para a inserção no mercado de trabalho ou geração de renda. A instituição governamental da SE apesar do pouco tempo de existência apresenta um proposta ampla, atualizada, preparando os usuários para o ingresso no mercado de trabalho.

No que se refere à abrangência territorial 5 instituições atendem usuários de fora de Campinas, residentes na

Região Metropolitana de Campinas (RMC), no entanto, apenas o CEPROCAMP como instituição governamental e o Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro, como ONG têm na caracterização de sua proposta este princípio. As demais instituições que atendem usuários de outros municípios o fazem pela carência de serviços e projetos de profissionalização.

Quanto à distribuição espacial no município de Campinas encontram-se mais ofertas de instituições de profissionalização em regiões mais desenvolvidas do município ou mais próximas do centro da cidade. Ao se comparar a distribuição das instituições encontradas com o Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de Campinas de junho de 2007 (ALONSO, 2007), verifica-se que apenas 2 instituições estão localizadas dentre os bairros das dez regiões mais vulneráveis da cidade.

No aspecto da localização verifica-se que grande parte das instituições abrangem vários bairros, o que causa dificuldade de acesso às mesmas dada a carência de transporte público entre os bairros no município.

No Quadro 2 destacam-se os principais achados da pesquisa em relação às características dos usuários.

**Quadro 2** – Características dos usuários

Nome da Instituição	Faixa etária	Gênero	Escolaridade
SORRI-Campinas	21 a 30 anos	Pred. Masc	Fundamental Incompleto
Centro Integrado de Atenção ao Deficiente (CIAD)	16 a 35 anos	Pred. Masc	Fundamental Completo ou Incompleto
Centro Profissionalização “Casa de Ação Comunitária	30 a 40 anos	Pred. Fem	Fundamental e sem escolaridade
Centro Profissionalização “Humberto Masculi”	Acima de 30 anos	Pred. Fem	Fundamental Incompleto
Centro Profissionalização “José Francisco Homem de Melo”	25 a 35 anos	Pred. Fem	Fundamental Completo e Incompleto
Centro Profissionalização “Dr. João de Souza Coelho”	30 a 35 anos	Pred. Fem	Fundamental e Médio
Centro Profissionalização “Tancredo Neves”	31 a 40 anos	Pred. Fem	Médio Completo ou Incompleto
Centro Ref. Assistência Social (CRAS) Espaço Esperança	18 a 49 anos	Pred. Fem	Fundamental Incompleto
Centro Social “Presidente Kennedy”	16 a 30 anos	Pred. Fem	Fundamental e Médio
Assoc. de Assistência Social “São João Vianney”	15 a 18 anos	Pred. Fem	Médio Incompleto
Assoc. Projeto Quero-Quero	10 a 16 anos	Equilíbrio entre gêneros	Fundamental e Médio
Centro de Educação Profissional de Campinas (CEPROCAMP) “Prof. Antônio da Costa Santos”	A partir de 16 anos	Equilíbrio entre gêneros	Fundamental, Médio e sem escolaridade
Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro de Campinas	16 a 21 anos	Equilíbrio entre gêneros	Médio Incompleto

No que se refere à faixa etária dos usuários que realizam os programas, verifica-se que há presença

exclusiva de jovens nas ONG que incluem pessoas com deficiência, e, nas instituições específicas, a faixa etária se

estende até a vida adulta. Das OG apenas à ligada à SE se destina aos jovens. Nas instituições vinculadas à SMCTAIS observa-se a presença de pessoas adultas, muitas das quais desempregadas e sem formação profissional, com exceção do CRAS, que por ser de caráter sócio-educativo, atende crianças e adolescentes.

Quanto ao gênero, nas ONG que incluem pessoas com deficiência e no CEPROCAMP observou-se uma população em geral equilibrada de homens e mulheres. Já na grande maioria das OG verificou-se um predomínio de mulheres dado o tipo de programas e projetos oferecidos,

enquanto que nas ONG específicas, houve o predomínio do sexo masculino.

Em relação à escolaridade observou-se que em geral as instituições aceitam usuários sem escolaridade ou com ensino fundamental incompleto, oferecendo programas e projetos compatíveis. Quando os cursos são de caráter mais técnico, a exigência escolar pode aumentar. Duas ONG voltadas aos jovens têm como exigência o ensino médio incompleto em todos os seus projetos.

Os programas e projetos de profissionalização desenvolvidos pelas instituições apresentam diferentes propostas, como demonstra o Quadro 3.

**Quadro 3** - Programas e Projetos de profissionalização desenvolvidos pelas Instituições

Nome da Instituição	Programas e Projetos
SORRI-Campinas	Capacitação, Emprego, Comunidade Aberta
Centro Integrado de Atenção ao Deficiente (CIAD)	Inclusão Digital, Mercado de Trabalho, Assessoramento às Empresas; Banco de Currículos
Centro Profissionalização "Casa de Ação Comunitária	Belweza, Artesanato e Marcenaria
Centro Profissionalização. "Humberto Mascoli"	Beleza e Gestão
Centro Profissionalização "José Francisco Homem de Melo"	Beleza, Artesanato, Corte e Costura, Culinária, Eletricista, Alfabetização,
Centro Profissionalização "Dr. João de Souza Coelho"	Beleza, Artesanato, Informática e Gestão
Centro Profissionalização "Tancredo Neves "	Beleza, Artesanato, Corte e Costura, Culinária, Informática, Administrativo, Gestão, e Prestação de Serviço
Centro Ref. Assistência Social (CRAS) Espaço Esperança	Beleza, Artesanato e Bordado
Centro Social "Presidente Kennedy"	Saúde, Construção Civil, Alimentação, Comunicação (gráfica e TV) e Gestão de Serviços
Assoc. de Assistência Social "São João Vianney"	Informática e Administração
Assoc. Projeto Quero-Quero	Serviços operacionais no ramo hoteleiro
Centro de Educação Profissional de Campinas (CEPROCAMP) "Prof. Antônio da Costa Santos"	Gestão, Hospitalidades, Informática e Desenvolvimento Social.
Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro de Campinas	Patrulheiro

Em relação aos programas e projetos oferecidos destacam-se os da área de beleza (cabelereiro, manicure, depilação, maquiagem) e artesanato realizados pelos Centros de Profissionalização e pelo CRAS pertencentes à SMCTAIS, que favorecem o predomínio da população feminina. Os primeiros são oferecidos por todos os Centros, pois possuem espaço, equipamentos, materiais específicos e a maioria, monitor contratado. Já os de artesanato, muitas vezes são ministrados nos bairros visando facilitar o acesso das mulheres, que se dedicam aos cuidados dos filhos e da casa. Esses programas exigem pouca escolaridade e voltam-se principalmente a geração de renda mais do que a inserção no mercado de trabalho.

Alguns Centros (3) destacam-se por oferecerem cursos de informática e gestão devido a atual parceria com a SE através do CEPROCAMP, em virtude das recentes mudanças no município que acompanham a política nacional, propiciando que alguns Centros se destinem a formação profissional visando ao mercado de trabalho. Outras modalidades de programas citados no Quadro 3 dependem da contratação de pessoal e do envio de verba, no entanto, nota-se um empenho das unidades que desenvolvem iniciativas próprias para driblarem as dificuldades e dar seguimento a algumas programações. No geral, as instalações físicas, materiais e de recursos humanos estão prejudicadas nestas unidades, pela ausência de investimento e falta de diretrizes

políticas para a área.

As outras 5 instituições pesquisadas que incluem pessoas com deficiência, caracterizam-se por atender em seus projetos uma população predominantemente jovem. Destas destacam-se a experiência do CEPROCAMP da SE e do Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro de Campinas como ONG.

O CEPROCAMP embora funcione há 2 anos nasce como uma proposta mais elaborada e articulada com as necessidades da RMC. Destina-se à aprendizagem profissional de jovens para inserção no mundo do trabalho, sendo seus programas parcialmente subsidiados pelo Projeto Jovem Aprendiz e pelas parcerias com o setor privado. Conta com 70 professores especializados e está descentralizando seus projetos para bairros do município, dada a parceria estabelecida entre a SE e SMCTAIS, o que favorece o acesso da população e respeita o princípio de territorialidade. Neste são desenvolvidos projetos de profissionalização que atendem 4 grandes áreas gestão, hospitalidade, informática e desenvolvimento social, tendo cada uma delas vários cursos, programas e projetos. Destaca-se o grande número de vagas (1200 por ano) e, ainda, o fato de em 2006, ter tido 80 pessoas com deficiência participando dos cursos.

A segunda instituição destacada é o Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro de Campinas (ONG), uma das mais antigas, funcionando há quarenta anos no município, com a profissionalização de jovens formando patrulheiros. É também parcialmente subsidiada pelo Projeto Jovem Aprendiz. Conta com 1600 jovens e, há seis usuários com deficiência atualmente inseridos no projeto. Destaca-se a iniciativa desta em buscar parceria com instituições de saúde de pessoas com deficiência, no sentido de incluí-las em seu programa, devido a falta de procura observada.

Das instituições específicas para pessoas com deficiência nota-se no desenvolvimento dos programas a perspectiva de validação destas pessoas, com o oferecimento de diferentes programações e atividades envolvendo a família e a comunidade, no sentido de fomentar a participação na vida social, sensibilizar os diferentes segmentos sociais e favorecer uma maior conscientização das possibilidades e direitos desta população.

A SORRI há 20 anos vêm buscando proporcionar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho através dos diferentes programas e projetos. Dada as dificuldades existentes para esta inserção são desenvolvidas diferentes propostas visando a capacitação, o emprego e o desenvolvimento da cidadania, com atividades que abrangem diversos locais. Na experiência da instituição a legislação possibilitou mudanças e um maior número de contratações. Porém, uma das dificuldades ainda encontradas é a exigência de escolaridade para a contratação, o que assinala o desconhe-

cimento dos empresários sobre a realidade desta população, apesar de algumas empresas espontaneamente contratarem além do que é exigido. Observa-se que nas instituições específicas os usuários são na sua maioria homens adultos, com ensino fundamental incompleto.

O CIAD, vinculado a uma universidade, iniciou projetos neste campo com o propósito de romper com o modelo de oficina abrigada e desenvolver a profissionalização para preparar para o ingresso no mercado. Os projetos são de inclusão no mercado de trabalho, inclusão digital, banco de currículos e assessoramento às empresas destacando em sua experiência a importância da sensibilização de funcionários e gestores dada à falta de preparo das empresas para acolher as pessoas com deficiência. A instituição reconhece que ocorrem mais ofertas de emprego, porém estas se dão em função das exigências da legislação e não de uma conscientização dos empresários.

Ambas reconhecem os efeitos da ação da Delegacia Regional do Trabalho juntamente com o Ministério Público na notificação das empresas que não cumprem a legislação. No princípio a legislação foi considerada desconfortável, no entanto necessária. A inclusão escolar também faz-se notar com o recebimento de usuários mais preparados nestes serviços.

O desenvolvimento da cidadania é considerado um conteúdo prioritário, um diferencial, nos programas e projetos de todas as instituições, abordando assuntos sobre cuidados pessoais, apresentação, relacionamento social, preparação para procurar emprego, direitos e deveres, entre outros, tendo em vista que se destinam a população de menor renda e, portanto, tem-se por fim favorecer melhores condições de vida e de sociabilidade.

Quanto aos programas e projetos desenvolvidos pelas instituições pode-se observar: repetição dos mesmos em várias delas; pouca variedade de programas e projetos; oferta predominante de formação profissional para o setor terciário (serviços); ausência de formação para o setor primário (agricultura); pouca oferta de formação para o setor secundário (indústria) tendo este setor a maior participação na produção de riquezas de Campinas e, por fim, presença significativa de formação em área de beleza e artesanato, atividades que nem sempre inserem no mercado de trabalho.

Das treze instituições pesquisadas duas realizam atividades de preparação e inclusão no mercado de trabalho, especificamente, para as pessoas com deficiência. Das instituições não específicas destacam-se duas delas pelas iniciativas de inclusão desta população em seus cursos de formação e preparação profissional e mais precisamente uma delas, pelo estabelecimento de parceria com outras instituições de reabilitação com o intuito de aumentar a participação desta população em seus programas.

A maioria das instituições, apesar, de incluírem pessoas com deficiência, apresentam pouca experiência com esta população. Isto pode estar relacionado à falta de políticas públicas, falta de investimento nos programas, falta de relação entre as instituições, falta de sistema de informação à população e de “cultura” de rede de apoio. Verifica-se, portanto, uma inserção limitada das pessoas com deficiência nos programas oferecidos.

Em relação a estes dois últimos aspectos observa-se grande fragilidade das instituições no que se refere à comunicação que de modo geral ocorre maneira informal. Os poucos processos comunicacionais utilizados como: site, folder e outros são pontuais e improvisados. Desde modo não garantem o conhecimento das propostas de profissionalização por parte da sociedade. Além disso, a comunicação entre as instituições é quase inexistente, o que não potencializa os recursos apresentados.

Portanto, pode-se afirmar que não há configuração de uma rede de apoio à profissionalização em Campinas e que apesar das pessoas com deficiência terem a possibilidade de serem incluídas, as falhas dos processos de informação e comunicação desfavorecem esta possibilidade (DOWBOR, 2004).

Os dados da pesquisa permitem considerar que pela dimensão populacional e econômica de Campinas que tem 1.041.509 habitantes conforme Fundação Estadual de Análise de Dados – Fundação SEADE (AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS, 2006) e apresentar um produto interno bruto (PIB) alto em relação ao estado e país, nota-se uma escassez na oferta de instituições de profissionalização em geral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento das ofertas de profissionalização para as pessoas com deficiência em Campinas, e as fragilidades apresentadas neste sistema de oferta, podem dar pistas para uma organização mais potente e eficiente das propostas existentes.

No município de Campinas, excluindo-se as escolas técnicas e o ensino formal observou-se iniciativas de profissionalização pouco estruturadas, desconectadas do desenvolvimento econômico e social da região, tanto no setor governamental como fora dele.

Observou-se ainda, uma desarticulação entre estas instituições e delas com a sociedade, dificultando a existência de trabalho em rede, agravada pela ausência de um sistema de informação integrado que possa articular os diferentes serviços voltados à pessoa com deficiência. Em relação à territorialização verificou-se que a concentração da maioria das instituições ocorrem em bairros menos vulneráveis da cidade.

Analisando os dados encontrados na literatura e na pesquisa de campo, pode-se dizer que o Brasil possui uma base constitucional e um conjunto de princípios legais que asseguram as pessoas com deficiência uma vida digna, porém, na prática ela ainda se encontra muito frágil. É imprescindível a manutenção desses princípios nas leis, mas somente a aplicação e a qualificação da prática nos diferentes setores é que promoverá a equiparação de oportunidades a essa população.

A ampliação das informações sobre a pessoa com deficiência, a organização e ampliação das ações envolvendo essas pessoas e o esforço e integração das instituições sociais podem assegurar uma melhor qualidade às pessoas com deficiência na vida social e no trabalho.

---

TOLDRÁ, R. C.; SÁ, M. J. C. N. de. Professional training in Campinas for people with disability: fragilities and perspectives. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.19, n. 1, p. 48-55, jan./abr. 2008.

**ABSTRACT:** The purpose of the present study is to know the opportunities for professional training offered to people with disability by governmental and non-governmental institutions in the city of Campinas. The lack of information about programs and projects oriented to the professional development and instruction of this population was the motivation of this study. The methodological design involved theoretical study about themes related to labor, people with disability and national legislation. It also involved an exploratory research in order to identify and assess proposals devised by specific institutions for people with disability, and those who deal with them. Data were collected by institutional assessment, telephonic contacts, visits and interviews. Thirteen institutions were identified, two of them developing professional training projects specific for people with disability, and eleven that included those users. Their access to services is restricted, compared to their needs in terms of jobs, earnings and social life. The programs in the studied institutions present little variety of professional activities, frail communication systems, and they are generally located in the least vulnerable and populated regions of the city.

**KEY WORDS:** Job market. Disabled persons. Territoriality. Social support. Public policies Occupational therapy.

---

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS. **Estrutura econômica da região metropolitana de Campinas**. Disponível em <http://www.agemcamp.sp.gov.br>. Acesso em: 03 dez. 2006.
- ALMEIDA, C. A.; GASTÃO. Políticas e modelos assistenciais em saúde e reabilitação de pessoas com deficiência no Brasil: análise de proposições desenvolvidas nas últimas décadas. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 13, n. 3, p. 118-26, 2002.
- ALONSO, B. B. **Mapa de vulnerabilidade social do Município de Campinas**. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br>. Acesso em: 4 julho 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **A pessoa com deficiência e o Sistema Único de Saúde**. Brasília, 2006. [on line]. Disponível em: <http://www.saude.gov.br>. Acesso em: 29 jun. 2007.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. 1999. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde>. Acesso em: 23 fev. 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Atenção a Grupos Especiais. Programa de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. **Atenção à pessoas portadora de deficiência no Sistema Único de Saúde: planejamento e organização de serviços**. Brasília, 1993.
- DOWBOR, L. Sistema local de informação e cidadania. In: LASSANCE Jr. A. et al. (org). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- LASSANCE, Jr.; PEDREIRA, J. S. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: LASSANCE Jr. A. et al. (org). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000: características gerais da população**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 set. 2005.
- LÜDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1996.
- MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do estado e da sua permeabilidade. **Rev. Bras. de Ci. Soc.**, v. 14, n. 41, São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 04 julho 2007.
- MINAYO, M. C. S. **Desafios do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 04 julho 2007.
- OLIVER, F. C. et al. Reabilitação no território: construindo a participação na vida social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 12, n.1/3, p. 15-22, 2001.
- OLIVER, F. C. et al. Reabilitação com ênfase no território – Jardim D’Abril e Jardim Boa Vista, no município de São Paulo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 14, n. 3, p. 141-6, 2003.
- PASTORE, J. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo: Ltr, 2000.
- TOLDRÁ, R. C.; SÁ, M. J. C. N de. A visão do usuário de um Serviço de Terapia Ocupacional: em busca da qualidade da assistência. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 16, n. 2, p. 83 - 89, 2005.
- TOLDRÁ, R. C.; PÉREZ, M. A.; MATA, M. A. P. Acesso e qualidade da atenção à pessoa com deficiência em serviços públicos de saúde do município de Campinas. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 11, n. 2/3, p. 72-78, 2000.